

● Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

“Fazenda quer outro pacote; Planejamento, preços administrados”

por Guilherme Barros
do Rio

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento estão disputando uma “queda-de-braço” cujo vencedor será conhecido provavelmente nesta semana, informa um assessor da área econômica do governo. De um lado, a Fazenda defende a ressurreição do Cruzado, enquanto o Planejamento quer uma política de preços administrados para manter a inflação num patamar de 100% ao ano e que permita discutir-se a política econômica durante todo o ano de 1987, através do pacto social.

Para o Ministério do Planejamento, a proposta da Fazenda é temerária e levará o País a conviver com uma inflação de 500% ao ano. Além disso, considera que o Cruzado II levou o governo a um descrédito que não permite mais se governar por pacotes. É preciso calma antes de tudo, alerta o assessor do governo.

Na opinião de técnicos do Planejamento, não se pode cair na armadilha de se lamentar as oportunidades perdidas durante o ano passado para se arrumar a economia. Agora é necessário, antes de tudo, reconhecer que o Plano Cruzado acabou e a inflação voltou. Mas isso, na opinião deles, não deve ser encarado com desespero como está reagindo a Fazenda, tentando adotar um novo pacote no País, que trará, segundo avaliação do Planejamento, consequências trágicas para a economia do País.

Para o Planejamento, também não se deve lamentar o Cruzado II ou crucificar o seu autor, João Manuel Cardoso de Mello, assessor do Ministério da Fazenda. O que se deve fazer agora é adotar um programa planejado de administração de preços procurando fazer com que a inflação se estabilize em 10% ao ano. Ao mesmo tempo, se aproveite 1987, ano da Constituinte e da negociação da dívida externa, para se discutir com a sociedade brasileira a melhor política econômica para o País. O

próprio ministro do Planejamento, João Sayad, já disse por diversas vezes que a sociedade deve ter também responsabilidades na condução e decisão de política econômica. Com isso, em 1988 o Brasil poderá ter regras definidas e imutáveis de política econômica para sepultar de vez a inflação.

Caso contrário, se um novo pacote for reeditado para tentar ressurgir o Plano Cruzado a inflação se estabilizará em 30% ao mês, com o agravante de convivemos com um dos maiores arrochos salariais na história deste País, se for decretada a extinção do gatilho salarial, alertam os técnicos do Ministério do Planejamento. A situação exige tranquilidade até para se procurar uma coordenação das autoridades econômicas do governo. Por enquanto, dizem os técnicos, não existe interação entre o Banco Central, o sistema de administração de preços da Fazenda e o Ministério do Planejamento.

Os assessores do Planejamento chegam a lembrar que no período de Delfim Netto havia negociações entre os empresários e o governo para a determinação de preços, enquanto agora tudo o que se está pedindo está sendo concedido.

De acordo com a visão dos técnicos do Planejamento, não se pode administrar a economia, através da mudança constante das regras do jogo, como a Fazenda pretende fazer agora, extinguindo o gatilho salarial. Embora eles achem que o gatilho deva ser alvo de negociação junto com todas as outras áreas da economia através do pacto social, para tentar se montar um arcabouço institucional que garanta o fim da inflação. Mas isso demora tempo e, na avaliação do Planejamento, só poderá ser conseguido no ano que vem. Por enquanto, é necessário uma grande dose de tranquilidade para não se optar mais uma vez por decisões equivocadas.